Caríssimo(a) Associado(a),

É com muita satisfação que apresento o livro do grupo de trabalho **Direito Ambiental I** do XXI Congresso do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (CONPEDI), que ocorreu na Universidade Federal Fluminense (UFF/RJ), entre 31 de outubro e 03 de novembro de 2012.

Novamente inovamos ao transformar os antigos anais de nossos Encontros e Congressos em livros específicos para cada grupo de trabalho (GT). Tal iniciativa deveuse à proposta desta diretoria visando o fortalecimento dos GTs, ratificada pelos associados e coordenadores dos programas em diversos espaços, principalmente no Fórum dos Coordenadores e na Assembleia Geral do XXI Encontro Brasileiro, realizados no primeiro de semestre de 2012, em Uberlândia.

O fortalecimento dos GTs integra um plano mais ambicioso de nossa comunidade científica no sentido do aprimoramento dos critérios de avaliação e internacionalização de eventos, de maior aproximação entre a academia e o cotidiano forense e, sobretudo, do crescimento ordenado e qualificado da pós-graduação estrito senso em Direito, no Brasil.

Em Niterói ultrapassamos a importante marca de 1.700 artigos submetidos a nosso sistema *Publica Direito*, com a participação direta de mais de 70 programas de pós-graduação reconhecidos pela CAPES/MEC. Mais uma vez centenas de trabalhos foram aceitos, sendo outros tantos infelizmente preteridos devido à crescente concorrência para os GTs, que em alguns casos foram divididos pela grande procura e qualidade dos trabalhos.

Aproveito para agradecer aos cerca de 200 professores-doutores que participaram de mais de 3.500 avaliações por intermédio do *double blind peer review* do sistema *Publica Direito*. Sem seu comprometimento e seriedade nosso Congresso seria inviável. Também gostaria de registrar que as diversas sugestões encaminhadas em 2012 foram analisadas e já resultaram em importantes a primoramentos do nosso sistema de avaliação, a ser inclusos nos eventos de 2013.

No Congresso de Niterói restou evidente o expressivo resultado da área do Direito nos últimos anos. Tenho certeza de que chegaremos à avaliação trienal deste ano de forma muita mais sólida e próxima das chamadas "áreas duras", pois nossas publicações qualificaram-se e resultam mais impactantes, a produção migra para a indexação e a inserção internacional já é uma realidade.

Festejamos no último Congresso o lançamento da tão esperada terceira edição da *Revista de Direito Brasileira* (*Brazilian Journal of Law*) — a RDB —, publicação semestral oficial do CONPEDI, que agora receberá a primeira avaliação da comissão *Qualis* do Comitê de Área. Queremos partilhar tal conquista — independente deste primeiro resultado — com cada associado, com nossos parceiros neste projeto e, em especial, com os pesquisadores, professores e alunos, brasileiros e estrangeiros, que acreditaram e contribuíram para a nova revista mesmo antes da primeira avaliação, sem conhecer, portanto, sua classificação e pontuação.

No Congresso ainda lançamos o primeiro volume de *Educação Jurídica*, pela Editora Saraiva. A obra resultou de uma parceria entre o CONPEDI e a Comissão de Educação Jurídica da OAB Federal – antiga Comissão de Ensino Jurídico –, a Associação Brasileira de Ensino do Direito (ABEDI) e a Federação dos Pós-graduandos em Direito (FEPODI), contando ainda com o apoio da CAPES/MEC e CNPg/MCT.

Quero registrar que a organização deste livro foi uma das realizações mais prazerosas de minha gestão. O relevante conceito de educação jurídica – como temos debatido, pelo menos, nos três últimos eventos do CONPEDI – é fundamental para melhorar a graduação e aprimorar ainda mais a pós-graduação em Direito no país. Agradeço a todos, autores e instituições, que contribuíram para a conclusão deste primeiro volume, que certamente terá continuidade.

Durante o Congresso recebemos importantes professores e pesquisadores de universidades estrangeiras, alguns que já participaram dos nossos eventos e programas, e outros que compareceram pela primeira vez: dr. Baldomero Olivier Leon, da Universidade de Granada; dr. Carlos Garriga, da Universidade do País Basco; dr. John Vervaele, da Universidade de Utrecht; dr. Leon Villalba, da Universidade de Castilla La Mancha; dr. Ricardo Sanin, da Universidade de Caldas; dr. Fernando Galindo,

da Universidade de Zaragoza, e dr. Gaetano Peccora, da Universidade Livre Internacional de Estudos Sociais. Agradecemos a todos pela significativa contribuição e desejamos que seu comparecimento frutifique em novos eventos e convênios internacionais, e, sobretudo, em parcerias de publicações com os programas brasileiros. Neste particular ressalto que pretendemos intensificar a parceria entre o CONPEDI e os programas associados, para que os palestrantes participem não somente dos nossos eventos mas de todos os programas em Direito.

É oportuno relembrar que durante o Congresso foi debatida uma série de temas relevantes: 1) constitucionalismo, jurisdição constitucional e o protagonismo do STF, 2) o novo constitucionalismo latino-americano, 3) o programa *Ciência sem Fronteiras*, do CNPq, 4) o novo currículo Lattes, com uma oficina prática, 5) educação jurídica, 6) os desafios atuais da justiça penal e o novo Código Penal, 7) mestrado profissional no Direito, 8) o plano nacional de pós-graduação, 9) a justiça de transição no Brasil, 10) o Direito Civil constitucional e a autonomia privada, 11) os Direitos Humanos e a inclusão, e 12) o *Qualis* periódico e a classificação de livros, entre outros. Isso tudo, logicamente, dentro do tema central do Congresso – *O novo constitucionalismo latino-americano: desafios da sustentabilidade*.

Tivemos ainda nossa já tradicional exposição de pôsteres pelos graduandos em iniciação científica, o que entendemos fundamental não apenas para melhor preparar os futuros mestrandos, mas como forma de diálogo e contribuição da pós-graduação para a graduação. Outras iniciativas com este objetivo estão sendo planejadas e algumas já estarão na programação dos eventos de 2013.

Em Niterói também assinou-se oficialmente um termo de cooperação técnica com a Comissão Nacional da Verdade, em grande medida decorrente da Rede de Observatórios de Memória, Verdade e Justiça. Nos termos acordados, os programas do Direito poderão contribuir de forma mais direta nas ações da comissão, e abriremos em breve um cadastro dos programas que possuem grupos de pesquisa sobre o tema da justiça de transição.

Com relação ao IPEA, cumpre anunciar que participaremos em 2013, em Brasília, da III Conferência do Desenvolvimento (CODE), em que o CONPEDI promoverá

uma mesa-redonda sobre o estado da arte do Direito e Desenvolvimento, além da apresentação de artigos de pesquisadores do Direito, criteriosamente selecionados entre os que serão publicados numa coletânea resultante desta parceria.

Por fim registramos que, nos próximos eventos, tanto em Curitiba como em São Paulo, será utilizado o novo formato de publicação em livro, pelo que esperamos, com responsabilidade, o reconhecimento de mais este significativo esforço da nossa comunidade.

Niterói, novembro de 2012.

Vladmir Oliveira da Silveira Presidente do CONPEDI

## Apresentação

O Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito — CONPEDI realizou o seu XXI Congresso Nacional na Universidade Federal Fluminense — UFF, em Niterói, sob o tema "O novo constitucionalismo Latino-Americano: desafios da sustentabilidade", neste contexto o presente livro apresenta os artigos selecionados para o Grupo de Trabalho de Direito Ambiental I, comprovando a crescente e relevante importância que o Direito Ambiental tem alcançado na pós-graduação em Direito no país, bem como o nível de qualidade das pesquisas e dos pesquisadores que são selecionados para compor os Grupos de Trabalho do CONPEDI, que se consagram em espaço de divulgação e debate de pesquisa de excelência.

A temática ambiental provoca profundas rupturas no paradigma tradicional do Direito, e sugere uma gama imensa de questionamentos deste novo modelo paradigmático e seus efeitos no universo do jurídico. Trata-se de uma rica e nova seara para a pesquisa jurídica, que cada vez mais adquire importância e dimensão, e que tem garantida nos Congressos do CONPEDI um espaço privilegiado, que neste ano de 2012, em decorrência da qualidade e quantidade dos artigos enviados, optou por dividir o GT de Direito Ambiental em Direito Ambiental II.

O Grupo de Trabalho de Direito Ambiental I, que tivemos a honra de coordenar, congrega os artigos ora publicados, que apresentam pesquisas de excelente nível acadêmico e jurídico, por meio do trabalho criterioso de docentes e discentes da pós graduação em Direito de todas as regiões do País, que se dedicaram a debater, investigar, refletir e analisar os complexos desafios da proteção jurídica do direito ao meio ambiente e suas intrincadas relações multidisciplinares que perpassam a seara do econômico, do político, do social, do filosófico, do institucional, além do conhecimento científico de inúmeras outras ciências, mais afinadas com o estudo da abrangência multifacetada do meio ambiente nas suas diversas acepções.

A qualidade e diversidade da pesquisa em Direito Ambiental que compõe a presente obra revelam um pouco da profundidade e complexidade desta área jurídica, ao mesmo tempo tão nova e tão emblemática do Direito, que está em franca evolução e sistematização, enfrentando a pressão de atender os conflitos da sociedade de risco

e os desafios impostos pelo crescente e tormentoso conflito que envolve a demanda do desenvolvimento e seu embate com a proteção do meio ambiente.

A evolução da proteção constitucional do meio ambiente no contexto jurídico brasileiro, que culminou com o capítulo paradigmático da Constituição Federal de 1988, que alicerça o Direito Constitucional Ambiental e eleva a condição de direito fundamental o equilíbrio do meio ambiente, se mostra como base e fundamento para as interessantes e articuladas temáticas que se apresentam em cada um dos artigos que compõem a presente obra.

Neste contexto, a obra se estrutura em três capítulos, a partir da linha mestra do direito fundamental ao equilíbrio do meio ambiente, compilando-se no primeiro capítulo os artigos que debatem os diversos e múltiplos desdobramentos decorrentes da Constitucionalização da proteção jurídica do meio ambiente. No segundo capítulo destacam-se artigos que debatem as especificidades dos Instrumentos de Tutela do meio ambiente e, no terceiro e ultimo capítulo, apresentam-se os artigos que abordam os diferentes Regimes Especiais da proteção jurídica do meio ambiente.

A presente obra agrega enorme valor a pesquisa na área do Direito Ambiental, ampliando horizontes de debate e levantando questionamentos e vias de solução para o desafio da conquista do compromisso constitucional com a sustentabilidade socioambiental.

Coordenadores do Grupo de Trabalho

Professora Doutora Norma Sueli Padilha – UniSantos

Professora Doutora Maria Claudia S. Antunes de Souza – Univali